Prefeitura Municipal de Roncador

PRAÇA MOYSÉS LUPION, 89 CENTRO - E-MAIL: prefroncador@uol.com.br
RONCADOR - PARANÁ CEP-87320-000 - FONE: (44) 3575-1222
CNPJ - 75.371.401/0001-57

Ofício nº 299/2025– GAB

Roncador – PR, 08 de agosto de 2025.

Excelentíssimo Senhor:
Amadeu Elizio Santos
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Roncador – PR.

Ao tempo que cumprimento V. Exa., sirvo-me do presente para vos solicitar a juntada da inclusa minuta substitutiva do Projeto de Lei nº 16/2025, de iniciativa deste executivo cuja súmula "Dispõe sobre a instituição de novo plano de amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Roncador, Estado do Paraná, nos termos da Portaria nº 1.467/2022 da Secretaria de Previdência, com aplicação das disposições da Portaria MPS nº 861/2023, e dá outras providências".

Tal providência se faz necessária em virtude da juntada do TERMO DE ACEITAÇÃO ATUARIAL firmado pela Diretoria do PREVISRON e por esta gestora, após a devida aprovação do Plano de Amortização, perante os membros do Conselho Deliberativo do Fundo.

Sendo o que se apresenta para o momento, valemo-nos do ensejo para apresentar a V. Excelência, extensivo aos demais vereadores, os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Marília Perotta Bento Gonçalves
Prefeita Municipal

PROJETO DE LEI Nº. 16/2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição de novo plano de amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Roncador, Estado do Paraná, nos termos da Portaria nº 1.467/2022 da Secretaria de Previdência, com aplicação das disposições da Portaria MPS nº 861/2023, e dá outras providências.

A Senhora Marília Perotta Bento Gonçalves. Faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei institui o novo plano de amortização do déficit atuarial apurado no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos do Município de Roncador, Estado do Paraná, com base na Portaria nº 1.467/2022 e na Portaria MPS nº 861/2023.

Art. 2º O déficit atuarial apurado na avaliação atuarial do RPPS referente ao exercício de 2025, com data focal em 31 de dezembro de 2024, será amortizado por meio de um plano de amortização estruturado sob a forma de:

I – plano de amortização individualizado para o déficit técnico acumulado;

II – com prazo de amortização de até 30 (trinta) anos;

III – com início em 2025;

IV – utilizando a metodologia de aportes crescentes, com aplicação do disposto na Portaria MPS nº 861/2023, que autoriza o pagamento de 1/3 dos juros no primeiro exercício (2025).

§ 1º - Os aportes de que trata o caput serão repassados mensalmente pelo Município ao RPPS da seguinte forma:

I - o do exercício de 2025, a partir do último dia útil do mês seguinte ao da publicação desta lei, devendo ser pago mensalmente, descontados dos valores já repassados ao PREVISRON, na forma do ANEXO II desta Lei, devendo ser integralmente quitado até 31 de dezembro do corrente ano; e

II - os dos demais exercícios, a partir de 1° de janeiro de cada ano, devendo ser pagos mensalmente à razão de 1/12.

§2°. O novo plano de amortização deverá observar os seguintes princípios:

I – a solvência do RPPS ao longo do período de amortização;

II – a compatibilidade com a capacidade de pagamento do ente federativo;

III – a previsão legal e orçamentária para os aportes financeiros;

IV – a obrigatoriedade de reavaliação atuarial anual.

§3°. Os valores dos aportes originais de que trata o caput, a serem pagos na forma dos incisos I e II do § 1°, serão atualizados anualmente pelo índice oficial de inflação definido na Política de Investimento do RPPS, acumulado da data base da Avaliação Atuarial que embasou o plano de amortização de que trata esta Lei até o último dia do exercício anterior ao de sua exigência.

§ 4° Até o início da exigência dos aportes referidos nos incisos I e II do § 1°, são devidas as contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes, anteriormente previstas.

§ 5° Aos aportes de que trata esta Lei não se aplica a anterioridade nonagesimal, conforme dispõe o art. 56, caput, inciso III, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Art. 3° O prazo para repasse mensal dos aportes de que trata esta Lei e os critérios aplicáveis para os recolhimentos em atraso são os mesmos previstos na lei que dispõe sobre as contribuições normais do RPPS, nos termos do § 9° do art. 22, da Lei Municipal nº 886/2009.

Art. 4° Caso a próxima reavaliação atuarial anual indique a necessidade de alteração das contribuições suplementares aqui instituídas, o novo plano de amortização

deverá ser estabelecido em lei, após a sua apreciação pelo Conselho de Administração do RPPS, observado o disposto no art. 2º, § 3º.

Parágrafo único. Os aportes de que trata esta Lei não poderão ser alterados com efeitos retroativos, conforme dispõe o art. 9º, caput, inciso III, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Art. 5º O plano de amortização será incorporado à avaliação atuarial anual, com demonstração de sua consistência técnica e conformidade com os normativos federais vigentes, devendo ser remetido à Secretaria de Previdência por meio do sistema CADPREV.

Art. 6º A contribuição suplementar decorrente do novo plano de amortização será de responsabilidade do Ente Municipal e será consignada anualmente na Lei Orçamentária e em seu respectivo Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 7º O Conselho de Administração e o Comitê de Investimentos deverão ser informados acerca do conteúdo deste plano de amortização e de suas revisões.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a promover os ajustes necessários no orçamento vigente e nos instrumentos de planejamento orçamentário dos próximos exercícios.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício de 2025.

Paço Municipal João Otales Mendes,
Em 04 de agosto de 2025.

Marilia P B Gonçalves
Marilia Perotta Bento Gonçalves
Prefeita Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores

Excelentíssimas Senhoras Vereadoras,

Encaminhamos à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara o Projeto de Lei nº 16/2025, que dispõe sobre a instituição do novo plano de amortização do déficit atuarial apurado no Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Roncador, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Portaria MPS nº 1.467/2022 e com aplicação do disposto na Portaria MPS nº 861/2023.

O estudo atuarial prévio, com data-base em 31 de dezembro de 2024, apontou um déficit técnico atuarial de R$ 68.974.812,72 (sessenta e oito milhões, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e doze reais e setenta e dois centavos). Diante dessa constatação, e observando a necessidade de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, conforme exige o artigo 40 da Constituição Federal e a legislação complementar aplicável, faz-se necessária a instituição de um novo plano de amortização, com base legal específica.

A proposta adotada pelo Município considera o prazo de 30 (trinta) anos, com início em 2025 e término em 2055, adotando a modalidade de aportes crescentes. De forma a mitigar os impactos fiscais iniciais sobre o orçamento municipal, a proposta observa ainda a Portaria MPS nº 861/2023, que autoriza o pagamento de apenas um terço dos juros no primeiro exercício (2025), sendo os demais exercícios calculados de acordo com a evolução atuarial.

O plano apresentado reflete a capacidade contributiva do ente federativo, resguardando o equilíbrio do RPPS e respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Anexo I do projeto de lei apresenta, de forma discriminada, os valores anuais de amortização corrigida conforme os critérios técnicos e legais. Já o Anexo II, apresenta

os valores já liquidados no presente exercício, bem como o saldo remanescente com os respectivos valores e prazos para quitação.

Por fim, informa-se que a Avaliação Atuarial 2025 teve seu aceita subscrito pela Diretoria Executiva do PREVISRON, bem como por esta gestora, salientando que o Plano de Amortização ora apresentado foi discutido e aprovado pelos ilustres membros do Conselho Deliberativo do Fundo.

Diante do exposto, submetemos o presente projeto de lei à análise e aprovação dos nobres vereadores, por se tratar de medida essencial para a manutenção da sustentabilidade previdenciária municipal e o cumprimento das normas federais vigentes.

Roncador/PR, 08 de agosto de 2025.

Marilia Perotta Bento Gonçalves

Prefeita Municipal

ANEXO I – PROJETO DE LEI Nº 16/2025.

Plano de Amortização do Déficit Atuarial do RPPS – Município de Roncador – PR
Forma de Amortização: Aportes Crescentes
Aplicação da Portaria MPS nº 861/2023 – Redução de 2/3 dos juros em 2025

Ano	Parcela Anual de Amortização Corrigida (R$)
2025	R$ 1.257.640,75
2026	R$ 3.898.686,33
2027	R$ 3.954.345,11
2028	R$ 4.400.272,83
2029	R$ 4.444.275,56
2030	R$ 4.488.278,29
2031	R$ 4.532.281,02
2032	R$ 4.576.283,75
2033	R$ 4.620.286,47
2034	R$ 4.664.289,20
2035	R$ 4.708.291,93
2036	R$ 4.752.294,65
2037	R$ 4.796.297,39
2038	R$ 4.840.300,12
2039	R$ 4.884.302,84
2040	R$ 4.928.305,57
2041	R$ 4.972.308,30
2042	R$ 5.016.311,03
2043	R$ 5.060.313,76
2044	R$ 5.104.316,48
2045	R$ 5.148.319,21
2046	R$ 5.192.321,94
2047	R$ 5.236.324,67
2048	R$ 5.280.327,39
2049	R$ 5.324.330,12
2050	R$ 5.368.332,85
2051	R$ 5.412.335,58
2052	R$ 5.456.338,31
2053	R$ 5.500.341,04
2054	R$ 5.544.343,76
2055	R$ 5.588.346,49

ANEXO II – PROJETO DE LEI Nº 16/2025.

Plano de Amortização do Déficit Atuarial do RPPS – Município de Roncador – PR, para exercício de 2025.
Forma de Amortização: Aportes Crescentes
Aplicação da Portaria MPS nº 861/2023 – Redução de 2/3 dos juros em 2025

APORTE RPPS		
R$	**1.257.640,75**	
	VALOR	**DATA**
JANEIRO	R$ 200.000,00	31.01.2025
FEVEREIRO	R$ 150.000,00	28.02.2025
MARÇO	R$ 100.000,00	31.03.2025
ABRIL	R$ 50.000,00	29.04.2025
MAIO	R$ 50.000,00	27.05.2025
JUNHO	R$ 50.000,00	30.06.2025
JULHO	R$ 50.000,00	31.07.2025
AGOSTO	R$ 50.000,00	29.08.2025
SETEMBRO	R$ 50.000,00	30.09.2025
OUTUBRO	R$ 50.000,00	31.10.2025
NOVEMBRO	R$ 50.000,00	28.11.2025
DEZEMBRO	R$ 407.640,75	31.12.2025
TOTAL PAGO	**R$ 600.000,00**	
A PAGAR	**R$ 657.640,75**	

ATA N° 09/2025 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aos vinte e três dias do mês de julho de 2025, às nove horas (09h00), na sede administrativa do Previsron, situado na Rua Marechal Deodoro, n° 822-B – Centro – Roncador – PR, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Deliberativo, nomeados através do Decreto n° 08/2025, para a prestação de contas referente ao mês de junho de 2025 e para deliberações. A diretora executiva iniciou a reunião apresentando as receitas e despesas previdenciárias. As receitas de junho foram de R$ 634.874,32 (seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos) e as despesas, referente à folha de pagamento de aposentados e pensionistas e compensações previdenciárias, totalizaram R$ 701.110,38 (setecentos e um mil, cento e dez reais e trinta e oito centos). A diretora apresenta em um gráfico que demonstrou um déficit previdenciário entre R$ 63 mil a R$66 mil nos meses de abril e junho. Para cobrir a folha de pagamento de junho, foi necessário resgatado R$80.000,00 (oitenta mil reais) das aplicações, o que é prejudicial ao financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), pois, por regra, as compensações de patronal e servidores deveriam cobrir a folha de pagamento para evitar o uso das aplicações destinadas a aposentadorias futuras. Contudo, as despesas com folha de pagamento têm aumentado. Ad receitas de Taxa de Administração no mês junho foram de R$ 30.000,00 (trinta mil) repassadas pelo Ente ao RPPS, e as despesas administrativa somaram R$ 20.629,29 (vinte mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos). Após a apresentação de contas, a Diretora Executiva apresentou o Projeto de Lei nº 16/2025 que dispõe sobre a instituição de um novo plano de amortização do déficit atuarial do RPPS do Município de Roncador, Estado do Paraná. A opção escolhida pelo Ente para o equacionamento do déficit atuarial foi a de Aportes crescentes em P.A. definida na Prévia do estudo atuarial e regida pela Portaria MPS n° 861/2023, que permite o repasse de, no mínimo, um terço dos juros, mediante comprovação documental da incapacidade orçamentária do Município. O repasse de aporte para 2025 passaria a ser R$ 1.257.640,75 (um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos), dos quais o Município já repassou R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) até junho. A Diretora Executiva explicou que a aprovação do Aporte deve ser feita por meio de Lei, conforme a Portaria MTP nº 1.467/2022, e o projeto encontra-se junto ao Legislativo para votação e Aprovação. A Diretora Executiva ainda informa que foi realizada uma reunião junto ao Ministério da Previdência, com participação de representantes do Ente, Anterior Gestora do

RPPS e a atual, para sanar dúvidas quanto a utilização da regra disposta na portaria MPS nº 861/2023, onde a responsável da pasta mostra que o Ente está agindo dentro das normas. Tomando a palavra, o Conselheiro José Lucas Garcia manifestou-se favorável à proposta do Ente, considerando que não há outra alternativa, e não vê como viável forçar o pagamento total, visto a insuficiência do Município para tal. A Conselheira Lucilene Ditkum acrescentou que o pagamento mensal que vem sendo feito pelo Ente, proporciona segurança ao fundo e demonstra a preocupação do Ente com a vida financeira do RPPS. Acrescenta ainda que, em sua experiência, não é possível obrigar o Município a arcar com um compromisso que não conseguirá pagar. Não houve por parte dos membros uma manifestação contrária. Os membros do Conselho Deliberativo se posicionaram a favor da possibilidade de o Município repassar o valor referente a um terço dos juros proposto no Projeto de Lei 16/2025 para o aporte financeiro do Déficit 2025. os membros deste conselho se mostram a favor da possibilidade de o Município repassar o valor referente a um terço dos juros proposto junto ao Projeto Lei 16/2025 para o aporte financeiro quanto ao Déficit 2025. Por fim, a Diretora Executiva agradeceu a presença e participação dos conselheiros. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada, e a presente ata será assinada por todos os presentes.

Andreia dos Santos
Andreia dos Santos
RG: 9.888.287.1
CPF: 057.148.079-95

Claudenice B.C. Dziubate
Claudenice Brito Costa Dziubate
RG: 7.358.942-8
CPF: 289.927.158-03

Flávia Fabrício
Flavia Fabricio
RG:13.303.372-6
CPF: 069.710.379-01

Graciele Gehring
RG: 8.539.050-3
CPF: 056.581.919-47

Lucilene Ditkum
Lucilene Ditkum
RG: 10.089.092-5
CPF: 077.475.029-40

José Lucas Garcia
RG: 13.113.530-0
CPF: 102.076.579-80

Soraya Elizabete S. Dziubate
RG: 3.251.246-1
CPF: 498.134.129-68

TERMO DE ACEITAÇÃO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2025

CONSIDERANDO que artigo 40 da Constituição Federal dispõe "*O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.*"

CONSIDERANDO que obrigatoriamente quanto as "***hipóteses atuariais***", ao ente federativo e/ou a unidade gestora do RPPS, deverá:

a) a unidade gestora do RPPS deverá realizar o acompanhamento das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas, cientificando o Conselho Deliberativo (Administração e/ou Conselho Municipal de Previdência) da sua manutenção ou alteração. (§2º do Art. 33 da Portaria MTP 1467/2022);

b) a unidade gestora do RPPS deverá elaborar documentos, ações e/ou procedimentos que comprovam a orientação e/ou a solicitação da participação dos representantes do Ente Federativo, visando as informações e manifestação fundamentada das hipóteses econômicas e financeiras relacionadas ao estabelecimento de políticas ou à execução de programas e atividades sob responsabilidade do ente, especialmente daqueles referentes à gestão de pessoal, para subsidiar a escolha e a análise da aderência.

Caso não sejam apresentadas as informações previstas acima, caberá à unidade gestora do RPPS defini-las com as informações de que dispõe, devendo essa circunstância constar do Relatório da Avaliação Atuarial. (Art. 34 e § Único da Portaria MTP 1467/2022).

CONSIDERANDO que ente federativo e/ou a unidade gestora do RPPS, deverão tomar todas as medidas adequadas para garantir a fidedignidade da base de dados, orientando quanto a realização periódica de censo previdenciário (recadastramento) (Art. 47 da Portaria MTP 1467/2022).

CONSIDERANDO que "*A unidade gestora do RPPS deverá solicitar dos representantes do ente federativo informações e manifestação fundamentada das hipóteses econômicas e financeiras relacionadas ao estabelecimento de políticas ou à execução de programas e atividades sob responsabilidade do ente, especialmente daqueles referentes à gestão de pessoal, para subsidiar a escolha e a análise da aderência.*" (Art. 34 da Portaria MTP 1467/2022).

CONSIDERANDO que quanto as **Informações e Dados Cadastrais** enviadas para realização da avaliação atuarial passaram por uma análise crítica da Actuary para que se pudesse dar continuidade na realização dos trabalhos. Esses dados foram usados para avaliar as reservas matemáticas necessárias e custos do plano de benefícios, para que possamos garantir o equilíbrio financeiro atuarial do plano.
É importante destacar que as informações enviadas para Actuary, tenham sido aprovadas pelo Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR, para que se deem continuidade na realização da Avaliação Atuarial, de maneira transparente e respeitando a privacidade das informações enviadas.

CONSIDERANDO que ao analisar o resumo estatístico e resultados atuariais elaborado pela Actuary, apresentados no **Parecer Prévio Atuarial**, que tiveram como base os leiautes e questionário de informações adicionais nos encaminhados, o Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR, demonstram que o ente federativo e/ou a unidade gestora analisaram o resumo apresentado e concordam expressamente com o uso dos dados enviados para a finalidade específica de realização do cálculo atuarial;

CONSIDERANDO que em caso de inconsistências em algumas das informações apresentadas no resumo estatístico, solicitamos no **Parecer Prévio Atuarial** que eles fossem imediatamente apontados para que em conjunto pudéssemos corrigi-los e dar prosseguimento na elaboração do cálculo atuarial;

CONSIDERANDO que quanto aos **Resultados Atuariais,** em especial no tocante a alíquota de contribuição patronal, recomendamos caso for possível, após a verificação da capacidade de pagamento, do índice prudencial e das implicações da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, visando a completa implementação do equilíbrio financeiro e atuarial, mandamento do artigo 40 da Constituição Federal, que o Município deveria passar a adotar alíquotas de contribuição patronal normal de 28,00%, enquanto a avaliação atuarial continuar apresentando resultados deficitários. Já quanto ao plano de amortização para equacionamento do déficit

atuarial quando apresentado, recomendamos se houver possibilidade financeira e orçamentaria do Ente, que se opte pelo plano de amortização com aportes decrescentes.

CONSIDERANDO que foi salientado, que o plano de equacionamento do déficit atuarial deverá ser financiado na forma determinada pela Portaria MTP nº 1467, de 2 de junho de 2022, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial.

CONSIDERANDO, nas presentes simulações atuariais foram adotadas as alíquotas de contribuição previdenciária sugeridas e/ou utilizadas pelos representantes do Ente e Regime Próprio de Previdência Social de RONCADOR PR, cabendo ao Poder Executivo implementar ou não as recomendações acima sugeridas, desde que possua capacidade financeira para tanto.

Diante dos resultados expostos no Parecer Prévio Atuarial e das explicações repassadas pelo Atuário responsável da ACTUARY ASSESSORIA PREVIDENCIARIA, o RPPS em conjunto com o Ente Federativo, concordam expressamente com os dados e resultados do referido parecer prévio, bem como decidem que a opção para o equacionamento do déficit atuarial do Município de RONCADOR PR será:

(X) Proposta 1 - Plano de Amortização por Aportes Crescentes e Alíquotas Crescentes
( ) Proposta 2 - Plano de Amortização por Aportes Decrescentes e Alíquotas Decrescentes
( ) Proposta 3 - Plano de Amortização por Aportes Iguais e Alíquotas Decrescentes

Das opções acima referente ao Plano de Amortização qual a forma de pagamento do mesmo:

(X) Aportes Financeiros ou ( ) Alíquota Suplementar

(X) autorizamos a emissão do Relatório da Avaliação Atuarial, bem como o preenchimento e encaminhamento do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA.

Por derradeiro, ***declaramos***, para os devidos fins de direito, de estarmos cientes dos termos da Portaria MTP nº 1467, de 2 de junho de 2022, que "*Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial*", bem como que somos os únicos responsáveis pelos dados enviados à ACTUARY, e que serão utilizadas hipóteses atuariais para suprir a falta de tempo anterior para outros RPPS ou RGPS e dependentes cadastrados, para apurar os resultados e custeio do plano de benefícios.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Roncador, 08 de julho de 2025.

Maulia P. B. Gonçalves
NOME: Maulia P. B. Gonçalves
CPF: 644.678.809-25
PREFEITO MUNICIPAL DE RONCADOR PR

NOME: Gabriela Schramm
CPF: 056.581.019-40
PRESIDENTE DO RPPS DE RONCADOR PR

ACTUARY.

Soluções para previdência com tecnologia inteligente

PARECER PRÉVIO ATUARIAL

2025

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RONCADOR PR - PR

Perfil Atuarial: I

Porte: Médio Porte

Curitiba, 31 de maio de 2025

Av. Presidente Kennedy, 2999 | Salas 8 e 9
Água Verde | CEP: 80610-010 |Curitiba | PR

(41) 3329-0008
previdencia@actuary.com.br
actuary.com.br

Objetivos

Este Parecer Atuarial Prévio tem por objetivo apresentar os resultados apurados atuarialmente do Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR, posicionada em 31 de dezembro de 2024, data focal para o cálculo do valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios, das necessidades de custeio e apuração previa do resultado atuarial, propondo alternativas de custeio que prestigiem o equilíbrio e a perenidade.

Bases Normativas

As bases normativas geral aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social assentam-se no art. 40 da Constituição Federal, com as alterações promovidas elas Emendas Constitucionais que a sucederam (Emendas n.º 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012, 88/2015 e 103/2019), e pela legislação infraconstitucional (em especial: Lei n.º 8.112/1990, Lei n.º 9.717/1998, Lei n.º 10.887/2004, Lei n.º 12.618/2012, Lei Complementar n.º 51/1985 e Lei Complementar n.º 152/2015), e Portaria n.º 1467/2022. Em complemento as bases normativas, citadas, o estudo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR, também se embasou na legislação municipal e suas atualizações que regem a matéria.

O plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Município da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR, possui como modalidade o benefício definido, onde os benefícios programados têm seu valor ou nível previamente definidos pelo plano de custeio determinado atuarialmente, de forma a garantir sua concessão e manutenção, por meio da contribuição dos servidores efetivos ativos, aposentados, pensionistas e ente público, de acordo com as alíquotas determinadas na legislação municipal, respeitada a legislação federal.

Resumo dos Regimes Financeiros e Métodos por Benefício

Benefícios	Responsabilidade Do RPPS (Sim/Não)	Regime Financeiro/Método
Aposentadoria por Incapacidade	Sim	Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	Sim	Regime Financeiro de Capitalização - Crédito Unitário Projetado (PUC)
Aposentadoria Especial - Magistério	Sim	Regime Financeiro de Capitalização - Crédito Unitário Projetado (PUC)
Pensão por Morte de Servidor em Atividade	Sim	Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura
Pensão por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	Sim	Regime Financeiro de Capitalização - Crédito Unitário Projetado (PUC)
Pensão por Morte de Aposentado por Incapacidade	Sim	Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura

Resumo das Hipóteses e Premissas Atuariais

Discriminação	Hipótese Adotada
Taxa de Juro Atuarial	5,47% a.a.
Crescimento Salarial	1.00% a.a.
Crescimento Benefício Aposentados e Pensionistas	0.00% a.a.
Rotatividade	0.00% a.a.
Novos entrados (geração futura)	Não adotada
Taxa de Sobrevivência e Mortalidade Geral	Mortalidade Geral - IBGE 2023 (Homens/Mulheres)
Taxa de Sobrevivência e Mortalidade de Inválidos	Mortalidade de Inválidos - IBGE 2023 (Homens/Mulheres)
Taxa de Invalidez	Entrada em Invalidez - Álvaro Vindas
Idade de entrada no mercado de trabalho	Informada na base cadastral
Idade de entrada em aposentadoria programada	Idade em que o servidor completar todas as condições de elegibilidade, conforme as regras constitucionais vigentes
Composição familiar	Informada na base cadastral
Salário-Mínimo	R$ 1.412,00
Teto RGPS(2024)	R$ 7.786,02
Compensação Previdenciária	Utilizada conforme Art. 34 e o Parágrafo único do anexo VI da Portaria MTP n.º 1.467/2022
Regra de Elegibilidade	Lei Municipal (em conformidade com a EC 41/03)

Importante, ressaltar ainda, que obrigatoriamente quanto as "**hipóteses atuariais**", além dos requisitos acima, ao ente federativo e/ou a unidade gestora do RPPS, deverá:

- A unidade gestora do RPPS deverá realizar o acompanhamento as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas, cientificando o Conselho Deliberativo (Administração e/ou Conselho Municipal de Previdência) da sua manutenção ou alteração. (§2º do Art. 33 da Portaria MTP n.º 1467/2022);
- A unidade gestora do RPPS deverá elaborar documentos, ações e/ou procedimentos que comprovam a orientação e/ou a solicitação da participação dos representantes do Ente Federativo, visando as **informações e manifestação fundamentada das hipóteses econômicas e financeiras relacionadas ao estabelecimento de políticas ou à execução de programas e atividades sob responsabilidade do ente,** especialmente daqueles referentes à gestão de pessoal, para subsidiar a escolha e a análise da aderência.

Caso não sejam apresentadas as informações previstas acima, caberá à unidade gestora do RPPS defini-las com as informações de que dispõe, devendo essa circunstância constar do Relatório da Avaliação Atuarial. (Art. 34 e § Único da Portaria MTP n.º 1467/2022).

Análise da Base Cadastral

A base de dados do Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR, utilizada para apuração dos resultados atuariais que conforme art. 26 da Portaria n.º 1467 de 02 de junho de 2022, determina que "Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, ...", assim, para esta avaliação atuarial exercício 2025 a data focal é 31 de dezembro de 2024.

Foram requisitadas à unidade gestora as informações descritas no leiaute mínimo estabelecido pelo Ministério da Previdência Social. Neste arquivo, são requisitadas informações de servidores ativos, inativos e pensionistas referentes a características vitais a estimação dos compromissos atuariais. Além destes, são requisitados dados de natureza cadastral, financeira, contábil e legislativa do RPPS.

Todavia, salientamos que em caso de inconsistências em algumas das informações apresentadas no resumo estatístico, solicitamos que os mesmos sejam apontados para que em conjunto possamos corrigi-los e dar prosseguimento na elaboração do cálculo atuarial.

Os quadros seguintes apresentam as estatísticas elaboradas a partir das bases de dados recebidas, separadas por sexo e grupo.

Servidores Ativos

Estatística do Servidores Ativos "Não Professores"

Discriminação	Feminino	Masculino	Total
População	203	104	307
Folha Salarial Mensal (R$)	870.144,45	399.370,36	1.269.514,81
Salário Médio (R$)	4.286,43	3.840,10	4.135,23
Idade Mínima Atual	26	25	25
Idade Média Atual	44	49	46
Idade Máxima Atual	63	74	74
Idade Mínima de Admissão	19	18	18
Idade Média de Admissão	31	33	32
Idade Máxima de Admissão	60	71	71
Idade Média de Aposentadoria	62	67	64

Estatística dos Servidores Ativos "Professores"

Discriminação	Feminino	Masculino	Total
População	84	10	94
Folha Salarial Mensal (R$)	370.894,83	36.755,76	407.650,59
Salário Médio (R$)	4.415,41	3.675,58	4.336,71
Idade Mínima Atual	28	34	28
Idade Média Atual	47	43	46
Idade Máxima Atual	62	57	62
Idade Mínima de Admissão	18	24	18
Idade Média de Admissão	32	33	32
Idade Máxima de Admissão	49	50	50
Idade Média de Aposentadoria	62	66	62

Consolidação das Variáveis Estatística dos Servidores Ativos Geral (não professores e professores)

Discriminação	Feminino	Masculino	Total
População	287	114	401
Folha Salarial Mensal (R$)	1.241.039,28	436.126,12	1.677.165,40
Salário Médio (R$)	4.324,18	3.825,67	4.182,46
Idade Mínima Atual	26	25	25
Idade Média Atual	45	49	46
Idade Máxima Atual	63	74	74
Idade Mínima de Admissão	18	18	18
Idade Média de Admissão	32	33	32
Idade Máxima de Admissão	60	71	71
Idade Média de Aposentadoria	62	67	63

Aposentados

Discriminação	Feminino	Masculino	Total
População	119	40	159
Folha Salarial Mensal (R$)	417.829,77	143.340,47	561.170,24
Salário Médio (R$)	3.511,17	3.583,51	3.529,37
Idade Mínima Atual	42	55	42
Idade Média Atual	63	70	65
Idade Máxima Atual	81	83	83

Pensionistas

Discriminação	Feminino	Masculino	Total
População	30	9	39
Folha Salarial Mensal (R$)	51.093,72	25.932,07	77.025,79
Salário Médio (R$)	1.703,12	2.881,34	1.975,02
Idade Mínima Atual	15	6	6
Idade Média Atual	50	32	46
Idade Máxima Atual	79	72	79

Plano de Custeio

Em conformidade com a Lei Municipal, adotou-se para apuração dos resultados atuariais prévio, as alíquotas de contribuição atualmente em vigor, conforme apresentamos no quadro abaixo, lembrando que, os aposentados e pensionistas contribuem com 14,00% sobre a parcela do benefício que exceda o limite Máximo de benefícios do RGPS (R$ 7.786,02 - Ano 2024).

Contribuinte	Custo Normal
Ente Público	14,00%
Servidor Ativo	14,00%
Aposentado	14,00%*
Pensionista	14,00%*

*Lembramos que a alíquota de contribuição dos segurados aposentados e pensionistas, incidirá em regra sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo RPPS que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, desde que não tenha havido a reforma da previdência, com estabelecimento sobre parcela menor.

Estimativa de Despesas Administrativas para o Exercício 2025

Para o exercício 2024 de acordo com a Lei Municipal n.º 981/2012 segue a abaixo a estimativa máxima de recursos a ser utilizado para o custeio administrativo do Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR. Lembrando que a em caso de alíquota para custeio administrativa a mesma não está inclusa na alíquota patronal apresentada no item anterior.

Alíquota	
Taxa de Adm. definida em Lei (%)	2,00%
Base de cálculo	R$ 33.938.608,14
Limite de Gasto Desp. Administrativa	R$ 678.772,16
Aporte	
Valor do aporte anual para custeio das despesas administrativas estabelecido pelo Ente em Lei	R$ 678.772,16

Ativos Garantidores

Compostos pelos bens e direitos do plano previdenciário informado pelo Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR, posicionados em 31 de dezembro de 2024.

ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R$ 41.720.501,70
Aplicações em Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados - RPPS	R$ 3.416.834,64
Aplicações em Segmento de Investimentos no Exterior - RPPS	R$ 0,00
Aplicações em Segmento Imobiliário - RPPS	R$ 0,00
Aplicações em Enquadramento - RPPS	R$ 0,00
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS	R$ 0,00
Demais Bens, direitos e ativos	R$ 4.820.635,00
Parcelamentos	R$ 5.035.400,51
TOTAL	**R$ 54.993.371,85**

Resultados - Prévia da Avaliação Atuarial

1. Custo Total do Plano = 2. Provisões Matemática + 5. Contribuições Futuras + 6. Compensação Previdenciária a Receber (estimada);

2. Provisões Matemática é o valor presente do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, somando-se os benefícios a conceder e concedidos;

3. Ativo do Plano é o somatório de todos os bens e direitos vinculados ao plano;

4. Déficit Técnico Atuarial (Custo Suplementar) é o valor que corresponde às necessidades de custeio, é destinado ao equacionamento de déficits gerados pela ausência ou e insuficiências de alíquotas de contribuição, metodologia inadequada, hipótese atuariais ou outras causas, que demonstra a insuficiência do ativo do plano para cobertura as reserva matemática;

5. Contribuições Futuras é o valor referente as contribuições de benefícios a conceder e concedidos que deverão ser aportadas conforme alíquotas determinadas na avaliação atuarial;

RESULTADOS PRÉVIA ATUARIAL

Descrição	Valor
1. Custo Total do Plano	R$ 186.681.998,07
2. Provisões Matemáticas (Reservas Matemáticas)	R$ 123.968.184,57
2.1. Provisão para Benefícios a Conceder	R$ 23.810.272,02
2.2. Provisão para Benefícios Concedidos	R$ 100.157.912,55
3. Ativos Garantidores	R$ 54.993.371,85
4. Déficit Técnico Atuarial (Custo Suplementar) (Resultado 3 - 2)	- R$ 68.974.812,72
5. Contribuições Futuras	R$ 58.403.665,68
5.1. Contribuições Futuras Benefícios a Conceder	R$ 58.082.536,46
5.2. Contribuições Futuras Benefício Concedidos	R$ 321.129,22
6. Compensação Financeira a Receber (estimada)	R$ 4.310.147,82

Tendo em vista os resultados apresentados acima, o Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR, apresentou um Déficit Técnico Atuarial, item 4, de acordo com a tabela acima.

Os resultados apresentados foram obtidos a partir do uso de técnicas atuariais que possuem ampla aceitação e consenso técnico, e em conformidade com os parâmetros estabelecidos nas normas aplicáveis a elaboração das avaliações atuariais dos RPPS, definidos pela Portaria n.º 1467/2022.

Equacionamento do Déficit Atuarial

Conforme determina a Portaria n.º 1467 de 02 de junho de 2022, em seu artigo 55, onde caso a avaliação atuarial apurar déficit atuarial, deve-se tomar medidas para seu equacionamento, sendo que no parágrafo 2º traz que para a cobertura do déficit atuarial total poderá ser estabelecido um plano de amortização, onde no ANEXO VI - APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS PARA GARANTIA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL, onde a referida Portaria, no inciso I do artigo 43, determina um prazo máximo de "35 (trinta e cinco) anos, contados a partir do plano de amortização que tiver sido implementado em lei do ente federativo publicada após a Portaria MF n.º 464, de 19 de novembro de 2018", ou seja, obriga que o plano de amortização seja implementado em lei e revisto anualmente de acordo com as avaliações atuariais, o plano de amortização com prazo fixo de 35 anos, deverá ser observado o prazo remanescente, contado a partir do ano de publicação da legislação do ente federativo que implementou o primeiro plano de equacionamento do déficit atuarial após a publicação da Portaria MF n.º 464, de 2018.

O déficit atuarial é diferença negativa entre os ativos financeiros acumulados pelo RPPS, na data de avaliação, e o passivo atuarial, representado pelas reservas (ou provisões) matemáticas previdenciárias.

Importante consignar, que quanto ao Prazo do Plano de Amortização, a Portaria n.º 1467 de 02 de junho de 2022, no § Único do art. 43 do Anexo VI (Aplicação dos Parâmetros para Garantia do Equilíbrio Financeiro e Atuarial) estabeleceu que para os entes federativos que comprovarem que realizaram a **Reforma da Previdência** com adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, nos moldes da Emenda Constitucional n.º 103/2019 de 12 de novembro de 2019, o plano de amortização do déficit atuarial poderá prever alíquotas e/ou aportes até **2065.**

Proposta 1 - Plano de Amortização por Aportes Crescentes e Alíquotas Crescentes

O déficit atuarial apresentado poderá ser equilibrado por meio da instituição de aportes anuais de recursos crescentes ou alíquotas de contribuição suplementar crescentes, conforme apresentado na tabela que segue. Para adoção de alíquotas de contribuição suplementar, a metodologia considerada foi o crescimento da folha salarial anual dos servidores ativos pois a folha terá anualmente um incremento, seja pelo ingresso de novos servidores em substituição aos atuais, seja pelos reajustes anuais, ou seja, pelas progressões inerentes ao plano de cargos e salários.

ANO	APORTES ANUAIS	JUROS	AMORTIZAÇÃO	SALDO	ALÍQUOTA SOBRE A FOLHA
2024				**R$ 68.974.812,72**	
2025	R$ 3.772.922,26	R$ 3.772.922,26	R$ 0,00	R$ 68.974.812,72	17,13%
2026	R$ 3.898.686,33	R$ 3.772.922,26	R$ 125.764,07	R$ 68.849.048,64	17,53%
2027	R$ 3.954.345,11	R$ 3.766.042,96	R$ 188.302,15	R$ 68.660.746,49	17,60%
2028	R$ 4.400.272,83	R$ 3.755.742,83	R$ 644.530,00	R$ 68.016.216,49	19,39%
2029	R$ 4.444.275,56	R$ 3.720.487,04	R$ 723.788,52	R$ 67.292.427,98	19,39%
2030	R$ 4.488.278,29	R$ 3.680.895,81	R$ 807.382,48	R$ 66.485.045,50	19,39%
2031	R$ 4.532.281,02	R$ 3.636.731,99	R$ 895.549,03	R$ 65.589.496,48	19,39%
2032	R$ 4.576.283,74	R$ 3.587.745,46	R$ 988.538,29	R$ 64.600.958,19	19,38%
2033	R$ 4.620.286,47	R$ 3.533.672,41	R$ 1.086.614,06	R$ 63.514.344,13	19,38%
2034	R$ 4.664.289,20	R$ 3.474.234,62	R$ 1.190.054,58	R$ 62.324.289,55	19,37%
2035	R$ 4.708.291,93	R$ 3.409.138,64	R$ 1.299.153,29	R$ 61.025.136,26	19,36%
2036	R$ 4.752.294,66	R$ 3.338.074,95	R$ 1.414.219,70	R$ 59.610.916,56	19,34%
2037	R$ 4.796.297,39	R$ 3.260.717,14	R$ 1.535.580,25	R$ 58.075.336,31	19,33%
2038	R$ 4.840.300,11	R$ 3.176.720,90	R$ 1.663.579,22	R$ 56.411.757,09	19,31%
2039	R$ 4.884.302,84	R$ 3.085.723,11	R$ 1.798.579,73	R$ 54.613.177,37	19,30%
2040	R$ 4.928.305,57	R$ 2.987.340,80	R$ 1.940.964,77	R$ 52.672.212,60	19,28%
2041	R$ 4.972.308,30	R$ 2.881.170,03	R$ 2.091.138,27	R$ 50.581.074,33	19,26%
2042	R$ 5.016.311,03	R$ 2.766.784,77	R$ 2.249.526,26	R$ 48.331.548,07	19,23%
2043	R$ 5.060.313,75	R$ 2.643.735,68	R$ 2.416.578,08	R$ 45.914.969,99	19,21%
2044	R$ 5.104.316,48	R$ 2.511.548,86	R$ 2.592.767,62	R$ 43.322.202,37	19,19%
2045	R$ 5.148.319,21	R$ 2.369.724,47	R$ 2.778.594,74	R$ 40.543.607,63	19,16%
2046	R$ 5.192.321,94	R$ 2.217.735,34	R$ 2.974.586,60	R$ 37.569.021,02	19,13%
2047	R$ 5.236.324,67	R$ 2.055.025,45	R$ 3.181.299,22	R$ 34.387.721,81	19,10%
2048	R$ 5.280.327,40	R$ 1.881.008,38	R$ 3.399.319,01	R$ 30.988.402,79	19,07%
2049	R$ 5.324.330,12	R$ 1.695.065,63	R$ 3.629.264,49	R$ 27.359.138,30	19,04%
2050	R$ 5.368.332,85	R$ 1.496.544,86	R$ 3.871.787,99	R$ 23.487.350,31	19,01%
2051	R$ 5.412.335,58	R$ 1.284.758,06	R$ 4.127.577,52	R$ 19.359.772,79	18,98%
2052	R$ 5.456.338,31	R$ 1.058.979,57	R$ 4.397.358,74	R$ 14.962.414,05	18,94%
2053	R$ 5.500.341,04	R$ 818.444,05	R$ 4.681.896,99	R$ 10.280.517,07	18,90%
2054	R$ 5.544.343,77	R$ 562.344,28	R$ 4.981.999,48	R$ 5.298.517,58	18,87%
2055	R$ 5.588.346,49	R$ 289.828,91	R$ 5.298.517,58	R$ 0,00	18,83%

Proposta 2 - Plano de Amortização por Aportes Decrescentes e Alíquotas Decrescentes

O déficit atuarial apresentado poderá ser equilibrado por meio da instituição de aportes anuais de recursos decrescentes ou alíquotas de contribuição suplementar decrescentes, conforme apresentado na tabela que segue. Para adoção de alíquotas de contribuição suplementar, a metodologia considerada foi o crescimento da folha salarial anual dos servidores ativos pois a folha terá anualmente um incremento, seja pelo ingresso de novos servidores em substituição aos atuais, seja pelos reajustes anuais, ou seja, pelas progressões inerentes ao plano de cargos e salários.

ANO	APORTES ANUAIS	JUROS	AMORTIZAÇÃO	SALDO	ALÍQUOTA SOBRE A FOLHA
2024				**R$ 68.974.812,72**	
2025	R$ 6.665.414,41	R$ 3.772.922,26	R$ 2.892.492,15	R$ 66.082.320,57	30,27%
2026	R$ 6.462.695,21	R$ 3.614.702,94	R$ 2.847.992,27	R$ 63.234.328,30	29,06%
2027	R$ 6.262.410,15	R$ 3.458.917,76	R$ 2.803.492,39	R$ 60.430.835,91	27,88%
2028	R$ 6.064.559,23	R$ 3.305.566,72	R$ 2.758.992,51	R$ 57.671.843,40	26,73%
2029	R$ 5.869.142,46	R$ 3.154.649,83	R$ 2.714.492,63	R$ 54.957.350,77	25,61%
2030	R$ 5.676.159,84	R$ 3.006.167,09	R$ 2.669.992,75	R$ 52.287.358,02	24,52%
2031	R$ 5.485.611,35	R$ 2.860.118,48	R$ 2.625.492,87	R$ 49.661.865,15	23,47%
2032	R$ 5.297.497,01	R$ 2.716.504,02	R$ 2.580.992,99	R$ 47.080.872,16	22,44%
2033	R$ 5.111.816,82	R$ 2.575.323,71	R$ 2.536.493,11	R$ 44.544.379,05	21,44%
2034	R$ 4.928.570,76	R$ 2.436.577,53	R$ 2.491.993,23	R$ 42.052.385,82	20,46%
2035	R$ 4.747.758,85	R$ 2.300.265,50	R$ 2.447.493,35	R$ 39.604.892,47	19,52%
2036	R$ 4.569.381,10	R$ 2.166.387,62	R$ 2.402.993,48	R$ 37.201.898,99	18,60%
2037	R$ 4.393.437,47	R$ 2.034.943,87	R$ 2.358.493,60	R$ 34.843.405,39	17,71%
2038	R$ 4.219.927,99	R$ 1.905.934,27	R$ 2.313.993,72	R$ 32.529.411,67	16,84%
2039	R$ 4.048.852,66	R$ 1.779.358,82	R$ 2.269.493,84	R$ 30.259.917,83	16,00%
2040	R$ 3.880.211,47	R$ 1.655.217,51	R$ 2.224.993,96	R$ 28.034.923,87	15,18%
2041	R$ 3.714.004,42	R$ 1.533.510,34	R$ 2.180.494,08	R$ 25.854.429,79	14,38%
2042	R$ 3.550.231,51	R$ 1.414.237,31	R$ 2.135.994,20	R$ 23.718.435,59	13,61%
2043	R$ 3.388.892,75	R$ 1.297.398,43	R$ 2.091.494,32	R$ 21.626.941,27	12,87%
2044	R$ 3.229.988,13	R$ 1.182.993,69	R$ 2.046.994,44	R$ 19.579.946,83	12,14%
2045	R$ 3.073.517,65	R$ 1.071.023,09	R$ 2.002.494,56	R$ 17.577.452,27	11,44%
2046	R$ 2.919.481,32	R$ 961.486,64	R$ 1.957.994,68	R$ 15.619.457,59	10,76%
2047	R$ 2.767.879,13	R$ 854.384,33	R$ 1.913.494,80	R$ 13.705.962,79	10,10%
2048	R$ 2.618.711,09	R$ 749.716,16	R$ 1.868.994,93	R$ 11.836.967,86	9,46%
2049	R$ 2.471.977,19	R$ 647.482,14	R$ 1.824.495,05	R$ 10.012.472,81	8,84%
2050	R$ 2.327.677,43	R$ 547.682,26	R$ 1.779.995,17	R$ 8.232.477,64	8,24%
2051	R$ 2.185.811,82	R$ 450.316,53	R$ 1.735.495,29	R$ 6.496.982,35	7,66%
2052	R$ 2.046.380,34	R$ 355.384,93	R$ 1.690.995,41	R$ 4.805.986,94	7,10%
2053	R$ 1.909.383,02	R$ 262.887,49	R$ 1.646.495,53	R$ 3.159.491,41	6,56%
2054	R$ 1.774.819,83	R$ 172.824,18	R$ 1.601.995,65	R$ 1.557.495,76	6,04%
2055	R$ 1.642.690,79	R$ 85.195,02	R$ 1.557.495,77	R$ 0,01	5,53%

Proposta 3 - Plano de Amortização por Aportes Iguais e Alíquotas Decrescentes

O déficit atuarial apresentado poderá ser equilibrado por meio da instituição de aportes anuais de recursos iguais ou alíquotas de contribuição suplementar decrescentes, conforme apresentado na tabela que segue. Para adoção de alíquotas de contribuição suplementar, a metodologia considerada foi o crescimento da folha salarial anual dos servidores ativos pois a folha terá anualmente um incremento, seja pelo ingresso de novos servidores em substituição aos atuais, seja pelos reajustes anuais, ou seja, pelas progressões inerentes ao plano de cargos e salários. Observamos que como consideramos o crescimento salarial as alíquotas de contribuição suplementar tornam-se decrescentes.

ANO	APORTES ANUAIS	JUROS	AMORTIZAÇÃO	SALDO	ALÍQUOTA SOBRE A FOLHA
2024				**R$ 68.974.812,72**	
2025	R$ 4.668.695,85	R$ 3.772.922,26	R$ 895.773,59	R$ 68.079.039,13	21,20%
2026	R$ 4.668.695,85	R$ 3.723.923,44	R$ 944.772,41	R$ 67.134.266,72	20,99%
2027	R$ 4.668.695,85	R$ 3.672.244,39	R$ 996.451,46	R$ 66.137.815,26	20,78%
2028	R$ 4.668.695,85	R$ 3.617.738,49	R$ 1.050.957,35	R$ 65.086.857,90	20,58%
2029	R$ 4.668.695,85	R$ 3.560.251,13	R$ 1.108.444,72	R$ 63.978.413,18	20,37%
2030	R$ 4.668.695,85	R$ 3.499.619,20	R$ 1.169.076,65	R$ 62.809.336,53	20,17%
2031	R$ 4.668.695,85	R$ 3.435.670,71	R$ 1.233.025,14	R$ 61.576.311,39	19,97%
2032	R$ 4.668.695,85	R$ 3.368.224,23	R$ 1.300.471,62	R$ 60.275.839,78	19,77%
2033	R$ 4.668.695,85	R$ 3.297.088,44	R$ 1.371.607,41	R$ 58.904.232,37	19,58%
2034	R$ 4.668.695,85	R$ 3.222.061,51	R$ 1.446.634,34	R$ 57.457.598,03	19,38%
2035	R$ 4.668.695,85	R$ 3.142.930,61	R$ 1.525.765,24	R$ 55.931.832,79	19,19%
2036	R$ 4.668.695,85	R$ 3.059.471,25	R$ 1.609.224,60	R$ 54.322.608,19	19,00%
2037	R$ 4.668.695,85	R$ 2.971.446,67	R$ 1.697.249,18	R$ 52.625.359,01	18,81%
2038	R$ 4.668.695,85	R$ 2.878.607,14	R$ 1.790.088,71	R$ 50.835.270,30	18,63%
2039	R$ 4.668.695,85	R$ 2.780.689,29	R$ 1.888.006,56	R$ 48.947.263,74	18,44%
2040	R$ 4.668.695,85	R$ 2.677.415,33	R$ 1.991.280,52	R$ 46.955.983,22	18,26%
2041	R$ 4.668.695,85	R$ 2.568.492,28	R$ 2.100.203,57	R$ 44.855.779,65	18,08%
2042	R$ 4.668.695,85	R$ 2.453.611,15	R$ 2.215.084,70	R$ 42.640.694,95	17,90%
2043	R$ 4.668.695,85	R$ 2.332.446,01	R$ 2.336.249,84	R$ 40.304.445,11	17,72%
2044	R$ 4.668.695,85	R$ 2.204.653,15	R$ 2.464.042,70	R$ 37.840.402,41	17,55%
2045	R$ 4.668.695,85	R$ 2.069.870,01	R$ 2.598.825,84	R$ 35.241.576,57	17,38%
2046	R$ 4.668.695,85	R$ 1.927.714,24	R$ 2.740.981,61	R$ 32.500.594,96	17,20%
2047	R$ 4.668.695,85	R$ 1.777.782,54	R$ 2.890.913,30	R$ 29.609.681,66	17,03%
2048	R$ 4.668.695,85	R$ 1.619.649,59	R$ 3.049.046,26	R$ 26.560.635,40	16,86%
2049	R$ 4.668.695,85	R$ 1.452.866,76	R$ 3.215.829,09	R$ 23.344.806,30	16,70%
2050	R$ 4.668.695,85	R$ 1.276.960,90	R$ 3.391.734,94	R$ 19.953.071,36	16,53%
2051	R$ 4.668.695,85	R$ 1.091.433,00	R$ 3.577.262,85	R$ 16.375.808,51	16,37%
2052	R$ 4.668.695,85	R$ 895.756,73	R$ 3.772.939,12	R$ 12.602.869,39	16,21%
2053	R$ 4.668.695,85	R$ 689.376,96	R$ 3.979.318,89	R$ 8.623.550,50	16,05%
2054	R$ 4.668.695,85	R$ 471.708,21	R$ 4.196.987,64	R$ 4.426.562,86	15,89%
2055	R$ 4.668.695,85	R$ 242.132,99	R$ 4.426.562,86	R$ 0,00	15,73%

Recomendação Atuarial

O artigo 40 da Constituição Federal dispõe que o RPPS dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

A Lei n.º 9.717/98 estabelece as regras gerais para a organização e o funcionamento de RPPS dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além dos militares dos estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.

No tocante a alíquota de contribuição patronal, recomendamos caso for possível, após a verificação da capacidade de pagamento, do índice prudencial e as implicações da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, visando a completa implementação do equilíbrio financeiro e atuarial, mandamento do artigo 40 da Constituição Federal, o Município deveria passar a adotar alíquotas de contribuição patronal normal de 28,00%, enquanto a avaliação atuarial continuar apresentando resultados deficitários. Resultado este que deverá ser financiado na forma determinada pela Portaria n.º 1467, de 02 de junho de 2022, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPSs da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial.

Importante frisar que diante da constatação do déficit atuarial, orienta e recomenda-se ao ente federativo o cumprimento das disposições da Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019, em especial, a adoção de providências relacionadas à discussão e aprovação de proposta da Reforma do Plano de Benefícios, tendo em vista o atingimento e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, nos termos (RECOMENDAÇÃO CNRPPS/MTP N.º 2, DE 19 DE AGOSTO DE 2021).

Contudo, no presente estudo atuarial foram adotadas as alíquotas de contribuição previdenciária vigentes na legislação municipal, cabendo ao Poder Executivo implementar ou não a recomendação acima, desde que possua capacidade financeira para tanto.

Quanto as propostas apresentadas para equacionamento do déficit atuarial recomendamos de acordo com a possibilidade e capacidade orçamentária do Ente Federativo a adoção da Proposta 2 - Plano de amortização em aportes decrescentes.

Conclusão

O presente parecer prévio atuarial teve o objetivo de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e demonstrar planos de custeios e propostas de equacionamento do déficit atuarial para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial.

Salientamos que a alteração de qualquer parâmetro, na concessão de benefícios ou no reajuste dos mesmos, requer prévio estudo atuarial, como meio de averiguar o impacto da alteração desejada. A inobservância deste princípio, além de invalidar o plano de custeio demonstrado no estudo atuarial, poderá vir afetar seriamente o Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR, na medida em que o mesmo poderá assumir compromissos para os quais não exista fonte de custeio prevista e ou não haja recursos suficientes a médio e longo prazo.

Esclarecemos que, pelos regimes financeiros adotados, o plano de custeio deverá ser reavaliado atuarialmente, pelo menos, anualmente de forma a poder garantir a consistência e o equilíbrio técnico atuarial.

Solicitamos aos representantes do Ente e Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de RONCADOR PR, que encaminhem para ACTUARY um termo de aceite assinado por todos os representantes legais citados, referente ao aceite das hipóteses e premissas atuariais apresentadas, bases cadastrais, alíquotas de custeio vigentes em lei, informações referentes ao custeio administrativo, ativos garantidores, resultados atuariais e propostas para equacionamento do déficit atuarial apresentado neste parecer, onde os mesmos concordam com a informações apresentadas e optam por algumas das propostas de equacionamento apresentadas.

Curitiba, 31 de maio de 2025.

Vinicius Alexandre Bietkoski

Atuário - MIBA 1241